

Jogo empatado

Denise Rothenburg e Rudolfo Lago
Da equipe do Correio

Depois das denúncias de existência de um "caixa dois" na campanha da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, os grandes partidos governistas empataram em termos de suspeitas de irregularidades. Primeiro, foi o presidente do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA). Há três semanas, ele se viu obrigado a explicar a origem de seus bens, por conta de uma denúncia da revista *Veja*. Em seguida, foi a vez do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Há cinco dias, ACM passou mais de uma hora explicando que não tinha qualquer relação com o enriquecimento do ex-assessor Rubens Gallerani, divulgado pelo *Correio*. Agora, é a vez do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com as planilhas publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, as três maiores figuras dos grandes partidos que hoje lutam pelo poder na base do governo, em especial as presidências da Câmara e do Senado, figuram no constrangedor clube dos que têm algo a explicar.

O artigo 21 da lei eleitoral diz que o responsável pelas contas de uma campanha é o candidato. Por isso, os partidos aliados armaram uma rede de proteção para afastar o presidente Fernando Henrique de qualquer envolvimento com o caso. O temor dos partidos não é nem a denúncia em si — já que "caixa dois" não tem recibo —, o medo dos líderes aliados é o fato de a publicação da planilha trazer à tona o nome do ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas.

Desde agosto, quando foi ao Senado falar sobre suas ligações com o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e o juiz Nicolau dos Santos Neto, Eduardo Jorge é considerado "assunto encerrado" pelos líderes governistas. Daí, o fato de todos os integrantes da base, sem exceção, defenderem abertamente que as investigações fiquem restritas à Justiça Eleitoral e ao ex-ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira — tesoureiro da campanha.

A rede de proteção levou, inclusive, dois dos outros protagonistas das denúncias, Jader e ACM, a falarem a mesma linguagem: "Quem está sendo questionado não é o presidente da República. O assunto deve ser investigado pela Justiça Eleitoral. O

financiamento é privado. Não diz respeito a verbas públicas e nem ao Congresso Nacional", afirmou Jader. "A responsabilidade era dos integrantes do comitê. O presidente Fernando Henrique Cardoso não tratava disso. O ministro Bresser deve dar as explicações", disse ACM, por trás de um óculos Channel, que exibiu ontem no Senado.

Os dois fizeram côro com o PSDB ao descartar qualquer possibilidade de CPI para investigar as doações de campanha da reeleição. "Fico... bem claro que a prestação correta foi a encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral. Não há o que investigar", disse o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), em resposta a um pronunciamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Suplicy tinha tratado do ponto que mais preocupa os governistas: "Há muito o que averiguar em benefício até do presidente da República. Para desvendar tudo precisamos ter aqui o Bresser, o Eduardo Jorge, o Egidio Bianchi, o Jair Bilachi, o Mário Petrelli e outros", disse o senador petista, referindo-se a nomes ligados ao ex-ministro Eduardo Jorge.

Na semana que vem, Bilachi, ex-presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ, e Bianchi, ex-presidente dos Correios e Telegrafos, estarão na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, convocados pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), para explicar as suas ligações com o ex-ministro Eduardo Jorge. Eles foram convidados há um mês, quando a oposição desistiu de buscar assinaturas para uma CPI sobre as relações de Eduardo Jorge e seu relacionamento com os fundos de pensão.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Como a base governista tem conseguido sistematicamente derrubar todas as tentativas de criar a comissão, desta vez, os oposicionistas nem se deram ao trabalho de fazer o pedido. "Se pelo menos um dos partidos governistas disser que topa a CPI, nós começamos a colher assinaturas na mesma hora. Mas, do contrário, é perda de tempo", disse o líder do PT, Aloysio Mercadante (SP).

No começo da tarde, os líderes oposicionistas se reuniram no Espaço Cultural da Câmara e decidiram buscar outras formas de investigar o caso. Além disso, pretendem pressionar os demais par-

José Paulo Lacerda / AE



ACM, UM DOS QUE TEVE PROBLEMAS NAS ÚLTIMAS SEMANAS, DEFENDE FHC: "A RESPONSABILIDADE ERA DO COMITÊ"

tidos no Congresso a aprovarem, na reforma política, o financiamento público de campanha exclusivo, sem qualquer possibilidade de captação de recursos junto a empresas e pessoas. Participaram da reunião, Mercadante, Alexandre Cardoso (PSB) e Haroldo Lima (PCdoB). Miro Teixeira (PDT) foi consultado por telefone.

Hoje, os partidos entrarão com representações junto à Corregedoria Eleitoral e junto ao TSE. Ao

corregedor, pedirão o desarquivamento das contas de campanha de FHC para que se instaure um inquérito. Ao TSE, vão requerer abertura de inquérito para apurar os indícios de falsidade ideológica e corrupção eleitoral por parte do presidente.

Em Foz de Iguaçu, visivelmente constrangido, o presidente Fernando Henrique tentou evitar a imprensa. O ex-coordenador político da campanha, Eclides

Scalco, atualmente na direção da hidrelétrica Itaipu, negou as denúncias de que FHC não teria declarado R\$ 10,1 milhões utilizados na campanha. "Passei todo o período de campanha coordenando politicamente e nunca vi isso", afirmou Scalco, ao final da solenidade na qual FHC e o presidente paraguaio, Luís González Macchi, assinaram convênio para construção de duas novas turbinas para Itaipu.